



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES¹

Rosângela Ines Matos Uhmman², Lenir Basso Zanon³, Kamila Maria Rudek⁴.

¹ Pesquisa desenvolvida no Departamento de Química da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), pertencente ao grupo GEPECIEM

² Professora doutoranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Departamento do Curso de Química - Licenciatura da UFFS. Integrante GEPECIEM - rosangela.uhmann@uffs.edu.br

³ Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI - bzanon@unijui.edu.br

⁴ Aluna do Curso de Química - Licenciatura da UFFS. Bolsista de IC. kamilarudek@hotmail.com

Introdução

A temática da avaliação tem sido objeto de amplos estudos e discussões no contexto da educação, nos diversos níveis de ensino, como também no contexto da pesquisa educacional. Nos dizeres de Libâneo (1994), “os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação para atender a sua função educativa” (p. 198). Segundo esse autor, “a prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada, sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas” (1994, p.198). Este trabalho decorreu de uma análise preliminar da avaliação escolar como essencial à aprendizagem dos estudantes. Um professor avaliador, necessita atuar como pesquisador de sua prática, bem como ter clareza que o currículo e a avaliação escolar cumprem com uma mesma função social, na formação dos estudantes. Corroboramos com Maldaner que “é o professor/pesquisador que vê a avaliação como parte do processo e ponto de partida para novas atividades e novas tomadas de rumo em seu programa de trabalho” (2000, p.30).

Preocupa-nos o discurso majoritário de que a prática da avaliação escolar permanece centrada em formas tradicionais de condução pedagógica. Graduados na Licenciatura, os professores nem sempre refletem e se perguntam sobre as possibilidades de agir ao avaliar. Pois, como alerta Luckesi (2011), avaliar é diferente de reproduzir exames. Essa consciência nos levou a problematizar concepções simplistas sobre as práticas avaliativas, em suas relações com o aprendizado e o desempenho do educando como ponto de partida para emancipar o educando de condicionamentos deterministas.

Metodologia

Esse trabalho discute alguns dos limites, dificuldades, equívocos e possibilidades enfrentadas em contexto escolar, no campo da avaliação escolar, com base em ideias expressas por Libâneo (1994), Saul (1998), Hoffmann (2003), Luckesi (2011), entre outros que integram a literatura bibliográfica, na área.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Resultados e Discussão

Um equívoco apontado pela literatura refere-se a duas posições extremas em relação à avaliação escolar; uma quando consideram apenas os aspectos quantitativos e, outra, apenas os aspectos qualitativos. Reconhecemos que o entendimento mais adequado da avaliação escolar numa perspectiva formativa consiste em “considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos” (LIBANÊO, 1994, p. 199). Em vez de haver uma interligação entre os dois aspectos, a avaliação é encarada como medida da diferença entre o que o aluno produz e revela objetivamente em seu desempenho e o que o professor “acha” que ensinou durante certo período de tempo. É consenso que, na maioria das escolas, a avaliação resume-se ao ato de aplicar provas, oferecer informações, em que o significado da aprendizagem é traduzido por uma nota ou conceito, por meio dos quais a escola seleciona seus alunos. Bonniol e Vial (2001) esclarecem que esse tipo de avaliação não satisfaz mais aos avaliadores, pela concepção mecanicista de mundo, inscrita na ideologia positivista.

Entre alguns princípios apontados por Hoffmann (2003), está a visão de uma prática mediadora em construção que requer alterar os registros, pois “exigem do professor a reflexão sobre o significado da prática avaliativa” (p. 92). Devido a sua formação, muitos professores estão mais acostumados a falar e não a observar, por isso, relatar e avaliar seu próprio trabalho, na prática da avaliação, fica comprometido, constituindo-se fator limitante para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Ao educador ou educadora “parece-lhes que a nota, o conceito, não os denuncia: é do aluno, foi tirada por ele. Não percebem que a opção por tais formas de registro pode expressar uma postura pedagógica” (HOFFMANN, 2003, p. 93). Isso demonstra o quanto que a formação de cada professor precisa contribuir no sentido de que ele venha a refletir sobre a avaliação que pratica, de modo que a quantificação venha a ser mais apreciada qualitativamente.

No entanto, duas vias de comunicação são frequentes ao olhar de Castro e Carvalho (2001). Uma delas se refere ao educador como autoridade suprema, como transmissor do conhecimento aos alunos. Quanto melhor o professor souber explicar, mais os alunos reproduzirão o que lhes foi ensinado, pois “aprenderam”, numa visão simplista da avaliação escolar. Na outra via de comunicação os autores acima citados destacam a interação, em que o educador atua como mediador e orientador, ajudando o aluno a ser protagonista de sua aprendizagem, ocasionando uma das possibilidades na direção de uma aprendizagem significativa, compreendida em sua multidimensionalidade.

No que se refere à primeira via de comunicação, acima referida, é importante levar em conta a falta de segurança docente para avaliar qualitativamente, pois os professores “têm dificuldade em avaliar resultados mais importantes do processo de ensino, como a compreensão, a originalidade, a capacidade de resolver problemas, a capacidade de fazer relações entre fatos e ideias, etc.” (LIBÂNIO, 1995, p. 200). É preciso superar a atitude de dar notas com base em provas, que depositam “nas mãos do educador um recurso de poder do qual é difícil abrir mão; daí o motivo desse ser um dos fatores que atuam na constituição de nossa dificuldade em transitar para práticas avaliativas” (LUCKESI, 2011, p. 226).



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Leituras como essas situam a importância de desenvolver e investigar novos processos de formação dos futuros docentes da educação básica, pela interação entre formadores e professores da escola básica, no sentido de entender a avaliação como: “parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerada as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias” (BRASIL, 2002, p.2, Art.3º). E, como destacado no Art. 4º desse mesmo documento citado: “a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira” (BRASIL, 2002, p.2). Trata-se de importantes diretrizes que afirmam e reforçam o caráter dialético da formação específica articulada como pertinente visão pedagógica e contemporânea sobre o desenvolvimento do currículo e da avaliação. Como propõe Saul (1988), o paradigma da avaliação emancipatória faz da avaliação um compromisso para que as pessoas envolvidas escrevam a própria história e gerem as próprias ações. Hoffmann (2008) sinaliza para uma concepção mediadora do processo avaliativo, em que: a finalidade da avaliação não é explicar simplesmente o que o aluno “sabe” ou “não sabe”, mas de desafiar-lo a ir adiante, oferecendo-lhe apoio pedagógico adequado. As relações microssociais no contexto escolar possibilitam o ato de avaliar para promover as aprendizagens, em que o desempenho demonstrado nos registros é apenas indicador de um caminho permanente. E uma das possibilidades é conceber o avaliar como interpretar: um exercício de aprendizado do olhar pelo educador (HOFFMANN, 2008).

Conclusões

A discussão, neste trabalho, sobre algumas das perspectivas de avaliação, sinaliza para discursos e práticas avaliativas em constante movimento de reconstrução social, na medida em que docentes e estudantes constituem-se como autores da própria história. Cabe aos programas de formação inicial e continuada de professores fazerem frente ao objetivo de superar as concepções e práticas de ensino mecanicista. Cabe problematizar a função social da avaliação na formação de professores, tendo em vista a superação da desarticulação entre ensino, aprendizagem e avaliação, pois ainda persiste a incoerência entre a concepção e a ação reflexiva dos docentes nos atos de avaliar.

Palavras-chave: Princípio Avaliativo, Exames e Provas, Formação de Professores.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação – CNE/CP 1. Resolução Nº 001/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2002.
- BONNIOL, J.; VIAL, M. Modelos de Avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CASTRO, A. D. e CARVALHO, A. M. P. (orgs.). Ensinar a Ensinar. São Paulo: Pioneira, 2001.
- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2003.





SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ 2013
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

HOFFMAN, J. M. L. Avaliar: respeitar primeiro, educar depois. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MALDANER, O. A. Formação Inicial e Continuada de Professores de Química: Professores/Pesquisadores. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2000.



Para uma VIDA de CONQUISTAS